

LINGUAGEM E IDENTIFICAÇÃO: PERFORMATIVIDADE, NEGROS (AS) E AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL¹

Kassandra da Silva MUNIZ²

Resumo: este artigo pretende discutir a relação entre linguagem e identidades no contexto do debate sobre coes afirmativas no Brasil. A polarização entre brancos e negros constituiu e constitui até hoje a grande estratégia do movimento social negro para adquirir uma força política que até então estava diluída no discurso da miscigenação, e mascarada pelo mito da democracia racial. A “essencialização” da identidade negra foi e ainda é um trunfo lingüístico e político importante para adquirir direitos negligenciados historicamente. A fim de verificar como a linguagem é primordial para se saber quem pode ser beneficiado pela reserva de vagas, modalidade de ação afirmativa privilegiada por esta pesquisa, foram analisados os documentos e resoluções de 4 universidades, a saber UNEB, UFBA, UERJ e UNB. A flutuação lingüística encontrada nestes documentos revelou que também as universidades encontram dificuldades para definir, ou melhor, delimitar as possibilidades de existências negras no Brasil. À indagação de alguns pesquisadores, geralmente contra essas ações, sobre o fato de que temos hoje muito mais pessoas se identificando como negras, uma das respostas a que esta pesquisa chegou é que o processo de identificação é estratégico.

Palavras-chaves: negros (as), ações afirmativas, performatividade.

***Abstract:** this article intends to discuss the relation between language and identities in the context on affirmative actions in Brazil. The divide between whites and blacks has been the major strategy of black social movement so as to acquire the political force that had been blurred with the discourse of miscegenation, and disguised under the racial democracy myth. The “essentialization” of black identity stands out as an important linguistic and political trump to acquire historically neglected rights. In order to verify how language is fundamental in the identification of those who should be eligible for undergraduate positions under the race criterion, an affirmative action that is our target here, we analyzed the documents and decisions of four Brazilian universities, the Federal Universities of Bahia and Brasília, and the*

¹ Este artigo é parte da tese de doutorado “Linguagem e identificação: uma Contribuição para o debate sobre ações Afirmativas para negros no Brasil,” defendida em fevereiro de 2009.

² Doutora em Linguística pelo IEL/UNICAMP, sob orientação do Prof.Dr. Kanavillil Rajagopalan. Atualmente, sou professora efetiva da UFOP. E-mail para contato: kassymuniz@gmail.com

state universities of Bahia and Rio de Janeiro. The linguistic fluctuation evidenced in such documents demonstrates that the universities themselves face difficulties to define or delimitate the boundaries of black subjectivities in Brazil. To the question that some scholars raise – those who are against affirmative actions – concerning the fact that nowadays many more persons identify themselves as black, one of the responses that this dissertation has formulated is that the process of identification is strategic.

Keywords: *black people; affirmative actions; performativity.*

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de minha tese de doutorado intitulada “Linguagem e Identificação: uma contribuição para o debate sobre Ações Afirmativas para Negros no Brasil”, defendida em fevereiro de 2009, no departamento de Linguística, no Instituto de Estudos da Linguagem. Sob a orientação do Prof Dr. Kanavillil Rajagopalan, procurei responder à seguinte questão na pesquisa: “É possível discutir elementos relativos à problemática das ações afirmativas para negros no Brasil, considerando a relação intrínseca entre linguagem e identidade?”.

Minha intenção foi mostrar como não podemos pensar a linguagem fora do político e como a auto e a hetero-identificação foi e é preponderante para determinar quem tem direito ou não às ações afirmativas, principalmente à modalidade de reserva de vagas em universidades, que constituiu o *corpus* da pesquisa por meio da análise de documentos de quatro universidades³ que propunham as chamadas cotas.

Sem a preocupação de fazer considerações ou análises baseadas em verdades e falsidades, mas nas performatividades dos sujeitos ao se identificar como pretos, pardos, afrodescendentes, negros, entre outras denominações, procurei discutir, tendo como base autores de diversas áreas, tais como Pragmática, Estudos Culturais e Sociologia, que a identificação é estratégica. Tendo isso em vista, percebi que os grupos que reivindicam suas identidades lingüística e politicamente para adquirir direitos o fazem por

³ UNEB, UFBA, UERJ, UNB.

meio da essencialização. O questionamento que nos fizemos foi se esse gesto necessário, ao mesmo tempo, não coloca os sujeitos em uma armadilha, pois muitas vezes a essencialização, que deveria ser contingencial e transitória para atender a um determinado momento sociopolítico, pode perdurar e se transformar em uma identidade fixa e imutável.

Neste artigo, mostraremos primordialmente uma parte de nossa discussão teórica, que diz respeito às nomeações e ao debate político envolvendo o tema das ações afirmativas, para que consigamos responder à pergunta sobre se é possível trazer os estudos sobre linguagem e identidades para “dar um pitaco” a esta discussão.

Está na incompletude a energia geradora da busca da completude eternamente inconclusa. E como incompletude e inconclusão andam juntas, nossas identidades não se revelam pela repetição do mesmo, do idêntico, mas resultam de uma dádiva da criação do outro que, dando-nos um acabamento por certo sempre provisório, permite-nos olharmos a nós mesmos com seus olhos. Como muitos são os outros em cujos olhos habitamos para dar-nos um acabamento, nossas identidades são múltiplas, estabilidades instáveis a que sempre regressamos. (Geraldi, 2005, p.8).

I. A TEORIA DA PERFORMATIVIDADE E A ANÁLISE LINGÜÍSTICA

É importante destacar que dizer que nosso trabalho situa-se na área Pragmática da Linguagem não significa apenas mostrar a que área teórica o trabalho vincula-se; significa dizer que ao se eleger uma área do saber específica, elege-se também uma metodologia de trabalho e uma determinada abordagem para análise. Austin (1990), ao reivindicar uma performatividade para a linguagem, por meio dos atos de fala, estava também querendo chamar a atenção para a forma como deveríamos não apenas concebê-la, mas também analisá-la. Este autor defendia que não deveríamos nos ater à linguagem artificial e nem procurar solução para os nossos questionamentos lingüísticos na busca de grandes conceitos ou grandes teses. Tudo o que deveríamos fazer, de acordo com sua proposta, seria observar qual o uso que é feito da linguagem, ou melhor, como os sujeitos usam a linguagem: *“a linguagem é vista como ação e como forma de atuação sobre o real e,*

portanto, de constituição do real, e não meramente de representação ou correspondência com a realidade.” (Austin, 1990, p.10)

Austin se inseria dentro da chamada escola de Oxford, que teve seu grande ápice nas primeiras décadas do século XX. A partir do que se convencionou chamar de Filosofia da Linguagem Ordinária, acreditava o autor que o objetivo da filosofia deveria ser analisar o funcionamento da linguagem e não ficar preocupada em criar e estabelecer modelos ideais que pudessem dar conta de questões filosóficas. Essa nova abordagem definia o que se convencionou chamar de “virada lingüística”: *“A virada lingüística na filosofia é uma reação contra a noção de filosofia como uma disciplina que se esforça para solucionar certos problemas tradicionais – problemas (aparentemente) gerados por certas crenças no senso comum.”* (Rorty, 1967 *apud* Ottoni, 1998)

A virada lingüística pôs abaixo toda a tradição filosófica cartesiana, desconstruindo conceitos como verdade e falsidade, tão caros às teorias lógico-cartesianas. Rompeu também com os recortes dos problemas em termos lógico-formais, que consideravam a linguagem cotidiana muito passível de erros, falhas e opacidade para ser analisada; além disso, sua realização (e análise) está sob o signo da ação dos sujeitos. Exatamente neste último aspecto considerado problemático, por ser de caráter social, é que os partidários da virada lingüística acreditavam que deveríamos concentrar nossos esforços de análise.

Austin desconstrói a cisão entre performativo e constativo, defendendo que é uma falácia afirmar que a linguagem pode ser puramente descritiva; segundo ele, estamos sempre no campo da performatividade quando o assunto é linguagem. Essa tese é importante para o nosso trabalho, porque ao dizer “eu sou negro” trata-se sempre de uma performance do sujeito, principalmente no que se refere ao nosso *corpus*, uma vez que tanto as pessoas que se dizem negras quanto as propostas voltadas para elas estabelecem um “contrato” no qual se firma a intenção de que

ambas as partes tenham o desejo de cumprir o que prometem: no caso, o requerente, de ser negro, e o proponente, de beneficiá-lo, caso ele seja. Os atos de fala consistem exatamente nisso: em um contrato ou compromisso entre as partes de realizarem a ação que fica subjacente à fala. Dessa forma, na teoria austiniana, não há uma separação entre sujeito e objeto e essa é uma cisão fundamental com a tradição lógica:

Acreditar em outra pessoa, em autoridade e testemunho, parece ser antes uma parte essencial do ato de comunicação, que constantemente todos realizamos. É uma parte irredutível de nossa experiência, tanto quanto, por exemplo, fazer promessas ou tomar partes em competições, ou mesmo perceber manchas de cores. Podemos enunciar certas vantagens de tais comportamentos, e podemos elaborar regras de certo tipo para sua conduta ‘racional’ (como os tribunais e os historiadores e psicólogos elaboram as regras para aceitar testemunho). Mas não há ‘justificação’ para adotá-los enquanto tais. (Austin, 1989, p.46).

Pelos atos de fala estarem baseados na performance e não na constatação, estes têm um caráter ritualístico, de compromisso entre as partes, ou seja, os documentos “desejam” que as pessoas que entrem sejam negras e as pessoas que se inscrevem desejam ser negras para ter direito às cotas universitárias. Por esse caráter, na teoria da performatividade da linguagem, as conclusões sempre são provisórias, uma vez que tudo pode ser revisto. Não existe verdadeiro ou falso! A auto-identificação nos questionários não comporta uma verificação de quem é realmente negro ou não porque isso não está no campo das constatações, mas do performativo. É uma expressão de desejo, não de verdade. Austin fala em felicidade ou infelicidade caso a promessa contida em atos de fala tais como “Eu aceito”, dito numa cerimônia de casamento, ou mesmo, “Eu sou negra”, dito por alguém que pretende se inscrever para concorrer às ações for cumprida ou não. Ou, antes disso, se o sujeito no momento que falou tinha a intenção de cumprir ou não; daí, não ser admitido falar em verdade ou falsidade.

O contexto de uso é importantíssimo nesses casos, porque, dependendo do contexto no qual o sujeito está, ele vai se identificar como for mais conveniente. Estamos em um momento político-

social de afirmação das diferenças e de defesa de um multi ou transculturalismo no qual é importante que o sujeito possa ser visto na sua diferença e, ao mesmo tempo, seja identificado como sujeito de direitos iguais a todos. Porém, tendo em vista a flutuação do ambiente político e o fato de que essas ações afirmativas têm um caráter provisório, principalmente as cotas, quem sabe o que nos reserva o futuro no campo das reivindicações acadêmicas e políticas?

2. LINGUAGEM E AGÊNCIA POLÍTICA: IDENTIFICAÇÃO ESTRATÉGICA

Sim, há palavras e palavras e palavras. As palavras podem exprimir serviço, as palavras podem gritar também revolta. Há palavras que implicam obediência mas também há palavras de protesto. Algumas palavras servem ao conformismo, outras exprimem ressentimento. Algumas palavras são utilizadas pelos fracos e pelos obedientes, outras por almas que se respeitaram e são rebeldes. (Nasreen, 1996).

Atualmente, voltamos a debater a questão do negro no Brasil, devido ao “perigo” que ele representa, uma vez que há projetos de lei que estão empenhados em incluir nos espaços públicos essa parte da população historicamente excluída. ‘Atualmente’, não porque as questões referentes à população negra no Brasil não tenham sido antes tematizadas e vividas, mas é inegável que há um acirramento e que a mídia, principalmente, e o Governo Brasileiro estão mais atentos aos debates que os movimentos sociais já vêm travando há mais de 30 anos, pensando nos “novos” movimentos negros, uma vez que é sabido que o povo negro, outrora escravizado, luta e reivindica por melhores condições de existência desde a época da escravidão institucional.

Apesar disso, não pretendo aqui empenhar uma discussão sobre a questão das ações afirmativas neste momento, mas gostaria de chamar a atenção para o fato de que falar sobre o negro está “na moda”, seja para perpetuar o discurso da discriminação/exclusão seja para propor alternativas de inclusão. O que não temos em uma quantidade expressiva e visibilizada são os próprios negros discutindo essa questão, a partir não apenas de um aparato teórico consistente e relevante, como também a partir de suas próprias vivências e experiências sobre o assunto, não porque não existam

intelectuais negros e negras no Brasil, mas porque eles não estão nos espaços onde poderiam desenvolver essas reflexões (Jorge, 2003).

Acreditando que fazer ciência também envolve uma dimensão política, isso se não pudermos falar que esta é constitutiva daquela, nos fazemos as seguintes perguntas: quem é este negro que está no imaginário das pessoas quando se discutem essas questões?; Qual a constituição e especificidade da subjetividade dele?; Que identidade o negro se auto-atribui e é atribuída a ele? Essas questões são importantes porque é necessário que saibamos a que sujeito estamos nos referindo quando pensamos no negro. Ainda é altamente atual o debate se ser negro é uma questão de cor ou raça; se realmente existe a “categoria” negro, já que somos um povo mestiço; se o preconceito é racial ou social, entre outras questões.

O foco no qual pretendemos nos concentrar aqui é que quando dizemos ‘negro’ ou ‘negra’, nos referindo a alguém: ele ou ela é negro/negra, não se trata puramente de uma constatação. A partir do momento que este enunciado é proferido, estamos atribuindo uma identidade a esse sujeito, identidade esta que é sócio-historicamente construída. Butler (1997) afirma que quando uma criança nasce e o médico profere o seguinte enunciado: “é uma menina”!, não se trata apenas de falar qual é o sexo da criança, em um ato puramente constativo; antes de tudo é uma forma de se atribuir desde já à criança certa feminilidade, um gênero, ou seja, trata-se antes de um ato performativo e, por isso mesmo, político. Quando pensamos nos atuais debates sobre a “questão negra” e em como os movimentos negros se posicionam em relação a isso, a auto-identificação “negro” adquire um valor social e político diferente da hetero-identificação.

Tanto a auto como a hetero-identificação de “negro” são um ato antes de tudo político, que servem, dentro dos atuais debates, tanto aos propósitos de quem se identifica como negro configurando, por exemplo, o que se chama de “orgulho negro”, quanto aos propósitos de quem realiza esse ato, transformando a diferença do negro em desigualdade. No ato de identificar está pressuposta a nomeação; está implícita a necessidade que temos de nomear e classificar o mundo e as pessoas, antes mesmo que elas

existam – no caso dos bebês ainda não nascidos, inscrevendo essa criança, esse homem, essa mulher dentro de uma subjetividade que, ao mesmo tempo em que lhe propicia uma existência, a “condena” a estar preso a ela.

Quando identificamos alguém como “negro”, “mulato”, “morena”, “mestiço” ou “branco” por meio do processo de nomeação, estamos seguindo essa mesma lógica; daí o grande problema dos estereótipos e de inscrever as pessoas em identidades congeladas, imutáveis. É necessário se ter em mente que nenhum desses atos de fala, para usar a terminologia de Austin (1996), é simplesmente constatação que fazemos a respeito da raça/cor das pessoas que estão sendo identificadas. Primeiramente, são “atos” porque, ao proferir “Você é negro (a)”, estamos realizando um ato de identificação e rendição da pessoa àquela condição na qual a enquadramos. Não são constatações porque além do fato de as pessoas terem a possibilidade de refutar essa identificação a qualquer momento, dizer “Eu sou negro (a)” ou “Você é negro (a)” é uma expressão de um desejo; é a expressão de uma intencionalidade; e essa é sempre politicamente provocada, tese que vimos defendendo até aqui e que iremos fundamentar ainda mais no andamento do texto.

Butler (1997a), ao falar sobre o discurso do ódio, como é o racista, o homofóbico, entre outros, defende muito bem a idéia de que mais do que uma simples identificação, alguns nomes carregam uma institucionalização, uma naturalização de uma idéia que não apenas comunica, mas age também, no sentido de que acabam por transmitir formas de conduta. Dessa forma, se auto ou hetero-identificar “negro (a)” não apenas comunica uma idéia como é, em si, uma forma de ação, acreditamos, politicamente motivada. Nas próprias palavras da autora:

O interesse nessa figura do performativo deriva da convicção de que um modo similar de tratar fala como conduta está presente em várias esferas políticas, ao mesmo tempo e com propósitos políticos que nem sempre se conciliam uns com os outros. O próprio enunciado [utterance] é considerado de modos inflado e altamente eficaz, não mais como uma representação do poder ou seu epifenômeno verbal, mas como o *modus vivendi* do

poder mesmo. Devemos entender esse fenômeno como a “linguistificação” do campo político (a qual não foi ocasionada pela teoria do discurso, mas, deve-se apontar, tem sido por ela registrada de modo importante). (Butler, 1997a, p.2, tradução nossa)⁴.

Em relação a esse ato, violento, uma vez que imposto, de nomear e de ser nomeado, Butler diz que:

Primeiro, um nome é oferecido, dado, imposto por alguém ou por um conjunto de alguéms, e é então atribuído a outrem. Isso requer um contexto intersubjetivo, mas também um modo de endereçamento [address], pois o nome emerge como o endereçamento de uma designação [coinage] para o outro e, nesse processo, a efetivação da própria designação. (Butler, 1997, p.29, tradução nossa).

Esse ato pressupõe, segundo a autora, alguém que recebe e alguém que realiza este ato, dessa forma, o sujeito que é nomeado provavelmente, ou melhor, potencialmente nomeará alguém no futuro. Na necessidade que temos de nomear o mundo e as pessoas, está pressuposta a noção de classificação que é tão cara ao pensamento eurocêntrico ocidental:

Classificar tanto como adicionar é um reflexo de nosso pensamento cartesiano, é parte integrante de nossa maneira de observar o mundo... Classificar é substituir a diversidade infinita do real por um número limitado de categorias. Se trata de um meio sumamente poderoso, não somente para compreender, mas também para submeter ou transformar a realidade. No entanto, é uma técnica totalmente subjetiva, que depende do indivíduo, que estabelece as regras do jogo e do meio sociocultural no qual se desenvolve este sujeito. (Sauvain-Dugerdil, 1991 *apud* Fuentes, 2002, pp.40-41, tradução nossa)⁵.

⁴ “The interest in this figure of the performative follows from a conviction that a similar way of regarding speech as conduct is at work in several political spheres at the same time and for political purposes that are not always reconcilable with one another. Utterance itself is regarded in inflated and highly efficacious ways, no longer as a representation of power or its verbal epiphenomenon, but as the *modus vivendi* of power itself. We might regard this phenomenon as the “linguistification” of the political field” (Butler, 1997, p.29).

⁵ Clasificar, tanto como adicionar, es un reflejo de nuestro pensamiento cartesiano, es parte integrante de nuestra manera de observar el mundo... Clasificar es sustituir la diversidad infinita de lo real por un número limitado de categorías. Se trata de un medio sumamente poderoso, no solamente para comprender, sino también para some-

Nomear e ser nomeado é assim uma forma de conferir e constituir existência, subjetividade, identidade a um Outro. A questão é que a linguagem ao mesmo tempo em que confere, que possibilita uma existência, ela também a ameaça. É o paradoxo do qual nos fala Ianni (1999:56): *“enquanto não se expressa em palavras, o mundo está no limbo, revela-se uma nebulosa misteriosa; mas quando palavreado, articulado e significativo, esse mesmo mundo corre o risco de descobrir-se delimitado, prisioneiro ou significado.”* É interessante ter isso em mente, porque não falamos aqui apenas de uma agência de um sujeito, mas de uma agência da linguagem mesma. Segundo Austin (1990), para que possamos ver essa agência da linguagem, precisamos ter a “situação total de fala”, que seria, em termos gerais, o ato ilocucionário em si, ou seja, a agência no momento de fala, e o ato perlocucionário, que seriam as conseqüências que o ato pode produzir. Amparando-me na área Pragmática da Linguagem e nos estudos culturais, defendo o discurso como uma prática, uma forma de agir no/sobre o mundo. Ter essa concepção de discurso implica, no dizer de Fairclough, admitir que

[...] o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. (Fairclough, 2001, p.91).

Seguindo a tradição da língua como ação e não como produto (Marcuschi, 2001), acredito que é possível ultrapassarmos a barreira do “estritamente lingüístico”, no que isso tem de mais formal e sistemático – embora não se esteja negando a importância desse nível-, e passarmos a considerar a língua em funcionamento⁶ nas interações verbais. Segundo Marcuschi,

ter o transformar la realidade. No obstante, es una técnica totalmente subjetiva, que depende Del individuo, quien establece las reglas del juego y del médio sociocultural en el cual se desdarrrolla dicho sujeto.

⁶ É importante que não se tome por funcionamento aqui a concepção de língua de Benveniste que postula que o locutor, através de um ato individual de utilização da língua, a coloca em funcionamento para que assim se dê a enunciação. Acreditamos que a lingua-

[...] a língua é uma atividade social e cognitiva que se dá em contextos historicamente delineados e interativamente construídos. A linguagem se dá como interlocução situada e se oferece como conhecimento para o outro. Dinâmica por natureza, a língua é estável, mas não estática (...). Deixa-se normatizar, embora de forma variável e variada. (Marcuschi, 2001, p.4).

Ou seja, a linguagem é antes de tudo uma atividade. Quando pensamos em língua, pensamos muito mais em uma noção de trabalho lingüístico do que como um sistema abstrato. Postulando ser a linguagem uma *atividade constitutiva*,⁷ Geraldi (2005) afirma que é o *trabalho lingüístico*⁸ que deve interessar a quem se dedica a analisar a linguagem, no nosso caso, predominantemente, a linguagem verbal. Para ele,

[...] o trabalho não é nem um eterno recomeçar nem um eterno repetir. Por ele a linguagem se constitui marcada pela história deste fazer contínuo que a está sempre constituindo. O lugar privilegiado desse trabalho é a interação verbal, que não se dá fora das interações sociais, de que é apenas um tipo, essencial é bem verdade. (Geraldi, 2005, p. 18).

É nessa perspectiva interacional que situaremos nosso estudo, acreditando que a linguagem é uma atividade, um trabalho, um processo que se realiza na interação entre sujeitos, atores sociais, – por meio de ações coletivas –, que ocorrem em processos sociais, daí o discurso ser “uma prática social não uma atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (Fairclough, 2001, p.90). Essa visão de língua como um processo que se realiza na interação entre sujeitos nos foi dada por Bakhtin (1990 [1953]) que defendia que somos sujeitos socialmente e historicamente situados. Dessa forma, não é possível analisar o discurso sem considerar a situação na qual ele está inserido, uma vez que todo discurso está sempre veiculado a um contexto sócio-ideológico e marcado pelo discurso de outrem.

gem é uma prática social e não um ato individual de um sujeito, embora com isso também não queiramos dizer que Benveniste não coloque o Outro, não considere o social.

⁷ Grifos meus.

⁸ Grifos meus.

Bakhtin (1990 [1953]), em sua crítica ao objetivismo abstrato, chamou atenção para a necessidade da contextualização do discurso: “o centro da gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto.” (Bakhtin, 1990 [1953]) Ainda segundo este autor, a forma “descontextualizada” de conceber a língua não permitiu que o enunciado fosse visto na sua concretude, na sua relação com o “real” da língua, no que ela tinha de social e histórico, ou seja, o contexto e a enunciação não foram considerados. Para Martins (1989), essa visão não permitiu realizar que o:

[...] enunciado se produz num contexto que é sempre social, entre duas pessoas socialmente organizadas, não sendo necessária a presença atual do interlocutor, mas pressupondo-se a sua existência. O ouvinte ou leitor é assim um outro – presença individual ou imagem ideal de uma audiência imaginária. (Martins, p.135).

A noção de *discurso* vai acompanhar este aspecto dinâmico que a língua possui e, por isso, será tomado como um processo, não como um produto. Nessa perspectiva, salientamos mais uma vez a importância do contexto, não só o imediato, mas o que circunscreve também o texto no seu âmbito histórico-social. Ele possibilita identificar e analisar quais as pistas que estão implicitamente inscritas no discurso que vai fazer o leitor inferir um e não outro sentido, identificar uma e não outra identidade. Malinowski defende a importância da contextualização da expressão lingüística, materializada no discurso, para que esta se torne algo mais do que uma junção de frases sintaticamente bem organizadas:

Um enunciado só se torna inteligível quando colocado dentro de seu contexto de situação, se me é permitido cunhar uma expressão que indique, por um lado, que a concepção de contexto precisa ser ampliada e, por outro, que a situação em que as palavras são usadas jamais poderá ser descartada como irrelevante para a expressão lingüística. Podemos ver o quanto a noção de contexto necessita ser substancialmente ampliada se quisermos que ela tenha plena utilidade. De fato, ela deve ultrapassar os limites da mera lingüística e ser alçada à análise das condições gerais sob as quais uma língua é falada. (Malinowski, 1923:45 *apud* Koch, 2002).

Saliento que quando me refiro a contexto, estou utilizando também a noção de Van Dijk quando ele o define “*como o conjunto de todas as propriedades da situação social que são sistematicamente relevantes para a produção, compreensão ou funcionamento do discurso e de suas estruturas.*” (Van Dijk, 1997, apud Koch, 2002, p.27). Essas considerações são importantes porque, como veremos mais adiante, as denominações “negros”, “negras” adquiriram um significado “positivo” devido à luta dos movimentos negros brasileiros que ressignificaram essas identificações de formas positivas, diante de um contexto sócio-histórico desfavorável para a população negra. Hoje é muito mais comum, do que há 40 anos, vermos homens e mulheres negras reafirmando a sua negritude na linguagem do seu corpo, do seu cabelo, da sua música, das suas vestes, da sua comida.

Apesar disso, no que se refere às palavras “negro/negra”, “preto/preta” e todos os seus afiliados e diminutivos, é interessante observar que o contexto, nesses casos, não é necessário, ou, ao menos, não é uma condição *sine qua non* para que essas palavras “performem” uma violência, uma agressão. Esses nomes “ofensivos”, no dizer de Butler ou essas “palavras que ferem”, no dizer de Matsuda (1993) independem do contexto, porque no momento em que são proferidas, a historicidade delas é invocada e reconsolidada. Não se trata de saber em que contextos, ou quem as usou, ou com que propósitos, a questão é que esses nomes instauram e carregam uma História, com H maiúsculo. Matsuda (*apud* Butler, 1997a) afirma que para certos grupos sociais que historicamente vêm sendo discriminados e subordinados, a identificação como “negro”, “mulher”, “homossexual”, entre outros “nomes que ferem”, já possui um status estrutural, institucional. É essa naturalização que esses nomes sofreram ao longo da História que os fazem ser tão eficazes para discriminar, excluir, por à margem dessa própria História. Como bem salienta Butler:

O nome tem, portanto, uma historicidade, o que pode ser compreendido como a história que se tornou interna ao nome, que vem a se constituir no significado contemporâneo de um nome: a sedimentação de seus usos enquanto estes se tornam parte do próprio nome, uma sedimentação, uma repetição que congela, que dá ao nome sua força. (Butler, 1997, p.36, tradução nossa).

Ao se ter em mente os números que mostram a desigualdade social e racial no Brasil, percebemos que a forma como o negro é visto ainda é pautada no passado da escravidão, quando os negros que aqui chegaram eram tidos como coisa, como objeto. Foram retirados de suas aldeias na longínqua África para serem trazidos para um lugar no qual “*se perde o rosto, e o corpo perde todo seu valor humano: é um corpo que já não sustenta a um homem, se não a um não-homem, a um ‘subumano’ humilhado e ofendido até o limite.*” (Bárcena, 2001).⁹ Eles não tinham nem têm hoje nenhum defeito especial ou algo que danifique sua moral, eles apenas cometeram o grande pecado de existir, de “ser”. Adorno, citado por Bárcena (2001, p.57) coloca bem esta questão quando afirma, referindo-se ao genocídio contra os judeus durante a 2ª Guerra, que este:

[...] é a conseqüência de uma proposta totalitária que, ao não tolerar o diferente – e com isso o jogo da alteridade e da assimetria – o assume aniquilando-o, ou seja, impedindo que o ‘diferente’ simplesmente ‘seja’. O judeu comete assim o crime de ‘ser’, o crime de ter nascido¹⁰. (Tradução minha).

Embora dito em relação ao povo judeu, podemos estender esse genocídio, que não tem que ser apenas físico, mas simbólico também, no sentido de que quando nos referimos à questão do negro, estamos falando não apenas de diferenças, mas de desigualdades, isto é, a diferença dessa parte da população brasileira é transformada em desigualdade. Somos excluídos, “coisificados”, nos é tirado o direito de “ser” por nós próprios porque sempre quando somos vistos, não somos enxergados na nossa diferença apenas, mas no que temos de diferente de um “Eu”, ou seja, não é a diferença pela diferença que importa; não se está interessado em falar do sujeito tal como ele é, mas sim tal como o vemos (Muniz, 2004).

Encerramos o sujeito em estereótipos, numa identidade congelada e imutável. O conceito de estereótipo é de extrema

⁹ “se pierde el rostro, y el cuerpo pierde todo su valor humano: es un cuerpo que ya no sostiene a un hombre, sino a un no-hombre, a un “sub-humano” humillado y ofendido hasta el limite.”

¹⁰ “es la consecuencia de un planteamiento totalitário que, al no tolerar lo diferente – y con ello el juego de la alteridad y la asimetría –lo asume aniquilándolo, es decir, impidiendo que lo “diferente” simplemente “sea”. El judío comete así el crimen de “ser”, el crimen de haber nacido”.

importância para este trabalho, porque acreditamos, seguindo Bhabha (1998), que os estereótipos presentes no nosso cotidiano em relação ao negro são justamente a materialização da forma discriminatória e racista com que identificamos o Outro, isto é, são os reflexos da nossa rejeição da alteridade. Os estereótipos negam a relevância que a diferença, a heterogeneidade e a alteridade possuem no processo de constituição da identidade, pois, subjacente a esse conceito, está a pressuposição de sujeitos constituídos por identidades puras, limitados a um conjunto irreduzível de características (Bhabha, 1998).

Contudo, a linguagem e o seu poder de agência estão sempre nos exigindo novos questionamentos, tais como: se os atos de fala produzidos por esses nomes são ofensivos, como então é possível a apreensão desses nomes pelos negros? Uma resposta a isso, além do fato de nem a linguagem nem os sentidos serem fixos, seja novamente lembrar que todo ato de fala é antes de tudo político. Essa questão da auto-identificação como “negro”, “preto”, “Black”, “afro descendente” por nós que pertencemos à raça, e principalmente por aqueles que estão envolvidos de alguma forma com os movimentos negros, academicamente ou não, adquiriu uma força política muito importante. Ser hetero ou auto-identificado de “moreninho claro”, “escuro”, “pardo”, “mulato” ou qualquer outra identificação que mascare a identificação negra é repudiado por muitos. Guimarães (2002) explica melhor como esse processo ocorreu, além de esclarecer a importância do retorno do conceito de “raça” para a atual luta dos movimentos negros no Brasil:

As raças foram, pelo menos até recentemente, no período que vai dos anos 1930 aos anos 1970, abolidas do discurso erudito e popular (sancionadas, inclusive, por interdições rituais e etiqueta bastante sofisticada), mas, ao mesmo tempo, cresceram as desigualdades e as queixas de discriminação atribuídas à cor. Essas eram vozes abafadas. Para obterem reconhecimento, viram-se forçadas a recrudescer o discurso identitário, que resvalou para a reconstrução étnica e cultural. Tais identidades apenas hoje estão bem assentadas no terreno político. Mais ainda: a assunção da identidade negra significou, para os negros, atribuir à idéia de raça presente na população brasileira que se autodefine como branca a responsabilidade pelas discriminações e pelas desigualdades que eles efetivamente sofrem. Ou

seja, correspondeu a uma acusação de racismo. E isso justamente porque tais discriminações e desigualdades não foram nunca reconhecidas como tendo motivação racial, quer pelas elites políticas e pelas classes médias, que se definem como brancas, quer pelas classes trabalhadoras. Assim, a retomada da categoria raça pelos negros correspondeu, na verdade, à retomada da luta anti-racista em termos práticos e objetivos. (Guimarães, 2002, p.51).

Dessa forma, após a reintrodução e ressignificação da noção de “raça” no âmbito das reivindicações dos movimentos, o que presenciamos hoje é um “essencialismo estratégico” por parte dos negros. Auto-identificar-se como “negro” hoje significa ao mesmo tempo uma questão de afirmação e orgulho pela raça como também uma reivindicação por direitos. Essa postulação de essências por parte dos movimentos sociais é uma estratégia política importante porque tem o poder de “aglutinar identidades” em torno de um objetivo político:

Muitas das identidades ‘essencializadas’ nascem desse gesto de essencialismo estratégico. Essencialismo estratégico, convém nunca esquecer, é um gesto político, por conseguinte, é também eminentemente intervencionista. Compreender a questão da identidade como algo do qual não podemos subtrair a dimensão política sob pena de descaracterizá-la completamente é dar um passo inicial em direção a uma abordagem das identidades como construtos, sendo constantemente revistos de acordo com interesses específicos do momento. (Rajagopalan, 2006, p.76).

O essencialismo se dá porque tanto o orgulho como os direitos são conquistas que estão se sedimentando sobre a oposição binária negro/branco. Após alguns séculos de perdas e sofrimento, percebemos que estar diluído nesse mito completamente fabricado de mestiçagem e de democracia racial apenas diminuía, se não anulava, o nosso poder de atuação política. O ato de fala produzido pelo nome negro, nesse caso, não apenas repete o trauma que é o racismo e a violência que isso envolve, como ressignifica e recontextualiza o nome de formas mais afirmativas.

É interessante observar que tanto na auto como na hetero-identificação está pressuposta esta essencialização, este sujeito que possui uma identidade fixa e imutável. A diferença é que a essencialização por parte dos negros é uma estratégia de luta, de auto-afirmação, de ressaltar a diferença para produzir visibilidade

e, a partir disto, agência política. Ele é estratégico também porque tendo em mente que o discurso é antes de tudo uma forma de ação política e uma “arena de lutas”, essa binariedade negro/branco é utilizada quando é conveniente.

Essa perspectiva essencialista, na qual os sujeitos possuem uma identidade una, fixa e imutável, está presente em vários movimentos sociais que lutam pelo reconhecimento de suas identidades “singulares”, não apenas nos movimentos negros; exemplo disso foi, ou ainda é, o movimento feminista, em que há uma reivindicação pelo feminino, pelo reconhecimento da mulher. O delicado é o que está subjacente a essa identidade reivindicada, uma vez que por mulher entenda-se: branca, classe média, heterossexual, religiosa, mãe, etc. É muito interessante o depoimento de Bel Hooks (1981), no seu livro *Ain't a woman - black women and feminism*, no qual ela diz que não se encontrou no movimento feminista nem no movimento negro justamente por fugir a essa identificação já que é negra e homossexual. Neste sentido, temos hoje o que está sendo denominado de “política da identidade”, que vem justamente para pôr abaixo tanto categorias biológicas quanto a construção de identidades baseadas em oposições binárias. Segundo Weeks, “a política de identidade ‘não é uma luta entre sujeitos naturais; é uma luta em favor da própria expressão da identidade, na qual permanecem abertas as possibilidades para valores políticos que podem validar tanto a diversidade quanto a solidariedade” (Weeks *apud* Woodward, 1994, p.12).

De acordo com essa visão, Hall (1997) defende que as identidades sejam fluidas, por dois principais motivos:

i) Já não podemos falar que as identidades estejam subordinadas a partir da questão da disputa de classes, no sentido marxista do termo, pois hoje os conflitos perpassam, atravessam e se expandem além dos conflitos de classe e se instauram nos movimentos sociais. Como nos diz Woodward:

O reconhecimento da complexidade das divisões sociais pela política da identidade, na qual a ‘raça’, a etnia, e o gênero são centrais, tem chamado a atenção para outras divisões sociais, sugerindo que não é mais suficiente argumentar que as identidades podem ser deduzidas da posição de classe

(especialmente quando essa própria posição de classe está mudando) ou que as formas pelas quais elas são representadas têm pouco impacto sobre sua definição. (Woodward, 2000, p. 36).

ii) Um segundo motivo seria o fato de que já não podemos reivindicar o reconhecimento da identidade como algo natural, inerente à raça humana, como se fosse uma categoria biológica. Concordamos com Woodward quando ela diz, parafraseando os preceitos de Hall (1997) que

Embora possamos nos ver, seguindo o senso comum, como sendo a mesma pessoa em todos os nossos diferentes encontros e interações, não é difícil perceber que somos diferentemente posicionados, em diferentes momentos e em diferentes lugares, de acordo com os diferentes papéis sociais que estamos exercendo. Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. (Woodward, 2000, p. 36).

Acrescentaríamos dizendo que diferentes contextos sociais “ativam” a identidade que a ocasião requer. É importante salientar que isso não se dá de forma tranqüila, geralmente, ou melhor, freqüentemente as identidades entram em conflito porque não raras vezes há o entrecruzamento de choques e interferência de uma sobre a outra. Não raro nossas identidades de pais, estudantes, trabalhadores, cônjuges, homem, mulher, filho, negro, judeu, militante, e tantas outras mais nos são requeridas ao mesmo tempo e daí o conflito já que elas não são “convocadas” numa situação uma a cada vez, ao contrário, geralmente nos vemos envoltos em contextos nos quais mais de uma é requerida.

O conflito se estabelece porque estamos sempre em busca da nossa essência, do nosso eu, da coerência, sem perceber que somos no Outro, que eu me defino pelo não-eu, isto é, eu sou o que não sou, uma vez que a identidade por ser relacional, é marcada pela diferença (Woodward, 2000). Apesar de crermos nisso, não podemos correr o risco de, ao assumir a diferença, nos acharmos tão diferentes, que o alter, ao invés de sobressair, desaparecerá. Ver a diferença é considerar o Outro na sua concretude, “encarnado”, porque é do que temos de semelhante que irá aparecer a diferença. Daí, desigualdade ser diferente de diferença, uma vez que a primeira é a negação da igualdade e a segunda só pode aparecer

entre iguais (Muniz, 2004). Concordamos com Birulés (1996, p.41) quando a autora salienta que pensar a diferença:

[...] implica reconhecer a fragmentação, o inapreensível, a contingência da subjetividade contemporânea, mas isso não significa apostar numa permanente ambigüidade ou em um discurso ‘brando’, no qual se pretenda hospedar a alteridade em um museu imaginário de diferenças, onde todos os objetos seriam indiferentemente diferentes, onde todas as diferenças seriam igualmente importantes e por isso mesmo supérfluas”¹¹. (Tradução minha).

Diferença aqui não significa algo fixo, em que me identifico através de oposições binárias; o “eu sou o que não sou” está significando que só através da minha relação com a alteridade posso me reconhecer, mas não como algo total e completo e sim na perspectiva da identidade como tornar-se, como vir a ser, deixando claro que sempre haverá algum tipo de deslizamento nesse processo, uma vez que nossas relações não são marcadas pela racionalidade e coerência, mas sim pela contingência.

Isso é o que Derrida, em outro contexto, denomina *différance*: ‘o movimento do jogo que ‘produz’ (...) essas diferenças, esses efeitos de diferença’ (Derrida, 1981, 1982). Não se trata da forma binária de diferença entre o que é absolutamente o mesmo e o que é absolutamente ‘Outro’. É uma ‘onda’ de similaridades e diferenças, que recusa a divisão em oposições binárias fixas. *Différance* caracteriza um sistema em que ‘cada conceito [ou significado] está inscrito em uma cadeia ou em um sistema, dentro do qual ele se refere ao outro e aos outros conceitos [significados], através de um jogo sistemático de diferenças’ (Derrida, 1972). O significado aqui não possui origem nem destino final, não pode ser fixado, está sempre em processo e ‘posicionado’ ao longo de um espectro. Seu valor político não pode ser essencializado, apenas determinado em termos relacionais. (Hall, 2003, pp. 60-61).

Daí a reivindicação de Hall de falarmos não em identidades, mas em identificação, para que essa idéia de processo e não de produto possa ser realmente vislumbrada. No próprio dizer dele,

¹¹ “implica reconocer la fragmentación, lo inaprehensible, la contingencia de la subjetividad contemporánea, pero ello no es idéntico a apostar por la permanente ambigüedad o por un discurso “blando”, en el que se pretenda hospedar a la alteridad através de construir un museo imaginário de diferencias, donde todos los objetos serían indiferentemente diferentes, donde todas las diferencias serían igualmente importantes y por ello mismo superfluas”.

Assim, ao invés de falarmos da identidade como algo concluído, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge, não tanto da plenitude da identidade, já presente dentro de nós enquanto indivíduos, mas da insuficiência da totalidade, que é 'preenchida' a partir do que nos é exterior, pelas formas como imaginamos sermos vistos pelos outros. (Hall, 1997, p.41).

Dessa forma, não nos interessa nem uma noção de identidade pautada num psiquismo, nem uma noção ontologizada da identidade, visto que tanto uma como a outra estão preocupadas com a busca por uma essência. Nesse trabalho, interessa a identidade vista como relacional, fragmentada; uma noção de identidade que seja politicamente motivada. Ao mesmo tempo, é difícil a posição desta pesquisadora quando me vejo diante de um impasse que não é apenas teórico e, por isso, a saída não esteja exatamente neste lugar.

Não podemos esquecer que a vida não espera a teoria. De um lado, temos a armadilha que é a essencialização de uma identidade, pois ocasiona o "aprisionamento" desses mesmos atores que reivindicaram por isso; de outro lado, vemos como o artifício da essencialização propiciou ganhos políticos para esses grupos estigmatizados socialmente. Por isso, enfatizo e reafirmo que esta essencialização, mesmo de forma estratégica, é importante para este momento político ao qual estamos vivendo, mas não pode perder seu sentido relacional e, por isso, não pode deixar de ser repensado, deslocado e redimensionando, principalmente porque o contexto sócio-político não é estático e devemos estar atentos para não deixar que o argumento racial, ao invés de nos emancipar, nos aprisione.

Neste sentido, seguimos em uma argumentação que defende uma noção de identidade que não esteja alheia a esse movimento político e, por isso mesmo, contingencial. Por isso, concordamos com Hall e falamos em identificação, que nos dá a idéia de processo, e também salientar que esse processo não só passa pela língua, como é constitutivo desta. Dessa forma, o que vemos hoje, é que a identificação dentro desses movimentos é uma reivindicação lingüística e política.

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso

significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo. Colocando essa tese na sua formulação mais radical: falar de identidade; seja do indivíduo falante seja da língua isolada, é recorrer a uma ficção conveniente [...] (Rajagopalan, 1998, pp.41-42)

Ou seja, a concepção enunciada acima vai contra o essencialismo que reivindica uma identidade verdadeira, pura, tanto no sentido natural e biológico, quanto no que essa reivindicação possa ter de histórica e cultural. A consciência desse fato já faz parte dos pressupostos de alguns segmentos dos movimentos sociais, como o feminista mais uma vez, no qual as mulheres negras reivindicam o direito de haver uma pauta para elas dentro do movimento, uma vez que não se identificam com a identidade unificada de “mulher” que subjaz aos movimentos feministas, que, em sua maioria, referem-se à mulher branca.

Alíngua (como o sujeito) está sempre se constituindo e constituindo algo. É um contínuo processo de busca pela completude, processo esse que vai se realizar nas interações verbais, na interação com o outro. Ao mesmo tempo em que faz, sofre a ação, ao mesmo tempo em que determina, é determinado. Somos sujeitos socialmente e historicamente constituídos e tal afirmação, acreditamos, implica duas coisas: i) somos sujeitos agentes, partícipes de nossa história e ii) somos sujeitos interpelados pela história. Interpelados aqui no sentido de que tudo que houve antes de nós, o que há e o que está por vir, visto que o passado e o presente nos possibilitam certa “antecipação” ou projeção de futuro, nos constitui, influencia e determina também nossas ações.

O reconhecimento da nossa fragilidade e incompletude e, por isso mesmo, da necessidade que temos do Outro talvez esteja vindo da nossa responsabilidade enquanto sujeitos históricos de não deixarmos certos fatos da nossa história se repetir e de reconhecermos que essa nossa busca por não sei o quê, por nós mesmos talvez, nunca teve sucesso porque estávamos sozinhos,

não víamos o Outro, ao contrário, o excluíamos e quando o incluíamos nunca foi para vê-lo e tratá-lo tal como ele é. Ao analisarmos esse novo contexto sócio histórico de políticas de identidades, percebemos que se quisermos pensar na constituição de um sujeito que considere o Outro e não o veja através de simulacros, (pré) conceitos e (pré) identidades, teremos que construir um “tempo de subjetividade”, que só poderá acontecer se pensarmos numa alteridade que seja construída/constituída por meio da ética.

A subjetividade vai residir justamente nisso, não apenas no eu, ou no alter, mas no somos, porque temos possibilidades e não igualdades, porque temos a liberdade de estabelecermos a possibilidade de termos possibilidades, e, por isso, não podemos falar em total assujeitamento do sujeito. E, talvez aí, em vez de pensarmos numa constituição de uma identidade, poderíamos pensar numa constituição de uma alteridade. Uma das alternativas para pensarmos nesse sujeito que é singular e plural ao mesmo tempo, seja seguirmos a orientação de Birulés (1996) quando ela diz que devemos voltar a nos perguntar e não apenas ficar observando as respostas, uma vez que já percebemos que não estamos encontrando o que queremos nelas. (Muniz, 2004, p.141).

Essa tensão entre o bipolar e o multipolar, entre categorias multirraciais, multiétnicas e teorias de “uma gota só” parece que vai ser, ou já está sendo, a tônica destes novos debates sobre raça, uma vez que o poder político da linguagem está sendo cada vez mais requerido. Ser identificado ou identificar alguém de “negro”, “mulato”, “moreninho”, “neguinho”, entre tantos outros nomes, não significa apenas amenizar ou acentuar estigmas historicamente construídos¹², mas antes de tudo tratam-se de estratégias políticas mobilizadas para atingir determinados fins. Em resposta à indagação de alguns pesquisadores, principalmente os que são contra as ações afirmativas, sobre o fato de que temos

¹² “(...) o próprio termo que os designa como grupo racial (‘preto’ ou ‘negro’) já é em si mesmo um termo pejorativo, podendo ser usado sinteticamente, sem estar acompanhado de adjetivos ou qualificativos. Assim “negro ou preto” passam a ser uma síntese verbal ou cromática para toda uma constelação de estigmas referentes a uma formação racial identitária. Mais que o termo, a própria cor adquire função simbólica, estigmatizante, como bem o demonstram os sinônimos listados em dicionários de língua vernácula: sujo, encardido, lúgrube, funesto, maldito, sinistro, nefando e perverso, entre outros.” (Guimarães, 2000)

hoje muito mais pessoas se identificando como negras, é inegável que uma das respostas está no que estamos defendendo nesta tese: *a identificação é um processo estratégico.*

3. RAÇA E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA: AÇÕES AFIRMATIVAS

Quando se fala em universidade pública, muitas vezes incorre-se no risco de se pensar que por ser pública, é democrática. Infelizmente, desde o surgimento da universidade brasileira, ela sempre foi pensada por e para uma elite. Obviamente, as camadas populares estavam fora desse processo e estão até hoje, visto que em pleno século XXI ainda estamos pensando em leis para incluir toda essa maioria da população nos bancos da universidade pública. Os negros, racialmente e socialmente excluídos, sempre tiveram ainda mais dificuldade para entrar nesse sistema, restando-lhes, como ainda é comum hoje, as universidades particulares reconhecidamente inferiores às públicas. Estamos falando de um cenário não muito superior ao de 40 anos, visto que mesmo a educação superior no Brasil é introduzida tardiamente, quiçá a presença dos negros nela. Paradoxalmente, estes foram um dos primeiros grupos, que faziam parte da imensa massa de excluídos, que perceberam a perversidade e a exclusão acadêmica a que estavam condenados:

Em meados dos anos 70, (...) os jovens negros, para titularem-se, tinham de recorrer à rede particular de ensino superior, obtendo diplomas desvalorizados no mercado de trabalho, que acentuavam ainda mais a discriminação racial de que eram vítimas. Foram justamente os negros os primeiros a denunciarem, como discriminação, o relativo fechamento das universidades públicas brasileiras aos filhos das famílias mais pobres, que na concorrência pela melhor formação em escolas de primeiro e segundo graus, eram vencidas pelas classes média e alta. (...) Jovens de classe média e alta, que podiam cursar as melhores e mais caras escolas elementares e de segundo grau, praticamente abocanhavam todas as vagas disponíveis nos cursos das universidades públicas e gratuitas. A perversão do sistema tornava-se clara. (Guimarães, 2003, p.199)

Não é à toa que, alguns anos mais tarde, uma boa parte desse grupo de jovens negros militantes iriam ser protagonistas da nova cara do Movimento Negro. Porém, em alguns momentos

cruciais para a história do negro aqui no Brasil, sempre houve reações ao sistema vigente; os negros sempre foram protagonistas de sua história, por mais que estivessem e estejam ainda, em muitos contextos, subordinados socialmente a um sistema discriminatório e excludente. Segundo Silvério (2004), primeiramente, na época da colonização, com as várias experiências de quilombos e mucambos que simbolizaram e simbolizam até hoje a resistência do povo negro, haja vista que um dos nossos maiores símbolos negros é uma figura da época da colonização, Zumbi dos Palmares.

Outro momento crucial foi quando o caráter de nação mista deixou de ser um fator de vergonha para o Brasil e passou a ser a grande originalidade dessa terra bronzada daqui; antes e “agora”, os negros continuam relegados a um segundo plano porque a polarização branco e negro, que inferiorizava este último, foi substituída por uma ideologia mestiça, que, com ideais de branqueamento, continuava excluindo aquele que estivesse mais próximo da tez preta. Também nesse momento, tivemos nas primeiras décadas do século XX, uma produção intensa de uma imprensa negra, tendo como idealizadores a Frente Negra Brasileira (FNB) e o Teatro Experimental do Negro (TEN) que denunciaram a situação desumana do negro no Brasil e combateram a idéia de este não ter condições de ser agente de sua história (Silvério, 2004). Guimarães (2003) ressalta, porém, que embora o TEN, especificamente, enfatizasse o preconceito que existia em relação ao negro, ainda havia uma crença de que era possível este se mobilizar política e culturalmente dentro da ideologia da democracia racial.

No terceiro momento histórico, assinalado por Silvério (2004), esta crença ou ilusão, não mais faz parte do imaginário dos movimentos negros da época e a bandeira do preconceito racial foi substituída pela discriminação racial (Guimarães, 2003). A denúncia agora é diferente e o momento também: estamos na década de 1970 com o Movimento Negro constatando que a miscigenação está muito além do plano biológico e que a democracia racial é um mito. Nessa fase do movimento, chegou-

se à conclusão de que estes dois fatores conjugados consistiam na explicação do porquê de os negros estarem estagnados nas camadas mais baixas da população e terem as piores condições de trabalho, habitação, saúde e, claro, educação. Ou seja, o que era visto apenas como um problema social ou de cor (preconceito) passou a ser visto como reflexo de um:

establishment branco, governo e sociedade civil; numa palavra, o racismo difuso na sociedade brasileira. Ou seja, a posição da massa negra e a sua pobreza, tanto quanto a condição de inferioridade salarial e de poder dos negros mais educados, seria fruto desse racismo que se escondia atrás do “mito da democracia racial”. (Guimarães, 2003, p.196).

Esse retrospecto histórico é importante no que se refere à emergência da introdução, ou melhor, da reivindicação pelas ações afirmativas aqui no Brasil, uma vez que só a partir do desmascaramento da democracia racial que foi e está sendo possível esse debate tão acirrado, não só no âmbito “negro” como na sociedade como um todo, uma vez que uma das propostas de ação consiste na adoção de cotas para negros e, por medo da perda de privilégios econômicos e simbólicos, o que seria apenas um “problema de negros” tornou-se preocupação de brancos.

Mais do que a cordialidade entre as raças ou o fato de as pessoas atribuírem aos negros estarem nas camadas mais baixas da sociedade por questões puramente sociais, a ideologia da democracia racial prejudicou mais a causa negra na sua versão da miscigenação, uma vez que, como já mostramos, apregoa a idéia de uma nação mestiça, sem limites claros entre raças; daí, não fazer sentido falarmos em cotas para negros já que somos todos brasileiros e, por isso, nem brancos nem negros, mas mestiços. A polarização entre brancos e negros, sendo esses últimos, pretos e pardos, foi a grande estratégia do movimento negro para adquirir uma força política que até então estava diluída: a essencialização da identidade negra foi a estratégia política mais produtiva até agora dentro dos movimentos negros. A noção de raça, apesar de todo o histórico acadêmico e social prejudicial ao negro, principalmente no século XIX com as teorias eugenistas, foi ressignificada para atender às reivindicações do povo negro. Apesar de não se

sustentar biologicamente, é inegável que socialmente as pessoas usam aspectos biológicos tais como cor da pele, textura do cabelo, tipo de nariz entre outros para classificar e hierarquizar as pessoas.

Ter em mente esse sistema classificatório baseado neste conceito de raça recontextualizado foi importantíssimo para que fizesse sentido clamar por ações afirmativas para o Brasil, inclusive porque todos os questionários que propõem ações afirmativas são racialmente motivados¹³. É impossível dissociar contexto político de qualquer tipo de proposta de ação afirmativa porque estão diretamente relacionados. À indagação de alguns pesquisadores, geralmente contra as ações afirmativas, sobre o fato de que temos hoje muito mais pessoas se identificando como negras, é inegável que uma das respostas está no que vimos defendendo em todo esse texto: a identificação é um processo estratégico. É uma performance política do sujeito que percebeu que é conveniente politicamente se identificar assim. Não cabem aqui julgamentos morais em relação a esse ato, como já dissemos, se lembramos que ser negro não é uma constatação, mas um tornar-se; nesse momento político brasileiro é “interessante estar negro”, talvez em outros ser arrolado pelo título de cidadão brasileiro seja a melhor estratégia. Reconhecer a diferença dentro da igualdade de direitos universais não é um paradoxo, pois segundo Bernardino (2004):

A política moderna terá dois vetores, a saber, uma demanda pelo reconhecimento de igual dignidade de todos os cidadãos e, por outro lado, uma demanda pelo reconhecimento da identidade particular. A primeira traduz-se na ampliação dos direitos de cidadania civil, política e social em dois sentidos: ampliação do número daqueles que passam a ter os direitos de cidadão e, por outro lado, uma ampliação dos próprios direitos. A segunda se concretizará na luta pelo correto reconhecimento das diferenças culturais, fundamentais para garantir a integridade cultural daqueles indivíduos pertencentes a grupos sociais que não se reduzem à matriz europeia. (Bernardino, 2004, p.34)

É preciso entender também que essa mudança de negro como integrante do grande contingente de brasileiros e negros como

¹³ Os questionários baseiam-se no censo do IBGE e pedem para as pessoas se classificarem em pretas; pardas; amarelas; indígenas e brancas.

indivíduos que pertencem a essa raça especificamente, não se trata apenas de um contexto político brasileiro, mas de uma mudança no cenário mundial que, ao mesmo tempo em que há a incontestável presença do global, também há a afirmação acirrada do local. Os diversos movimentos são uma prova desta aparente contradição que se realiza todos os dias. É cada vez mais observável que está havendo uma reivindicação por identidades plurais dentro da nação e não por uma identidade nacional única, no caso do Brasil, como brasileiros. O caráter híbrido e misto dos brasileiros não está deixando de ser considerado, mas reconfigurado dentro do contexto de noções como multirracismo e multiculturalismo. A grande questão que esse novo contexto de políticas de identidades coloca é que é possível afirmar as diferenças para buscar a igualdade. Em vez de um assimilacionismo que tanto caracteriza a nação brasileira, o multiculturalismo possibilita a emergência de identificação do sujeito como negros, afro-brasileiros, pretos etc e como sujeito de direitos, iguais a todos os outros.

A oposição às ações afirmativas está bastante baseada no equívoco da não existência de raças, como desconstruímos acima, mas também em outros equívocos históricos, tais como:

a idéia de que no Brasil não existe raça, mas cores; o consenso de que, no Brasil, era a aparência física e não a origem que determinava a cor de alguém; a falsa impressão de que, no Brasil, não se poderia discriminar alguém com base na sua raça ou cor, posto que não haveria critérios inequívocos de classificação, a idéia de que os mulatos e negros mais claros educados fossem sempre economicamente absorvidos, integrados cultural e socialmente e cooptados politicamente pelo establishment branco; o consenso de que a ordem hierárquica racial, ainda visível no país, fosse apenas um vestígio da ordem escravocrata em extinção. (Guimarães, 2001, p.391 *apud* Silvério, 2004, p.65-66)

Outro equívoco bastante preocupante é o fato de que é bastante comum ver as pessoas, inclusive alguns acadêmicos, tomando as cotas como sinônimo de ações afirmativas. É importante salientar que as cotas constituem uma das formas de se fazer ação afirmativa. Mais importante do que lembrar isso, é ressaltar que apesar de esta ação estar muito intimamente ligada a uma iniciativa governamental, muito antes de o governo, pressionado

pelos movimentos e pelo contexto político mundial, começar a tomar providências em direção a atender a essas reivindicações, aqui no Brasil já existiam várias iniciativas de ações afirmativas empreendidas pela sociedade civil. Exemplo disso são os vários cursinhos pré-vestibulares que existem hoje no Brasil e que, embora alguns tenham na base a noção de “carente”, é sabido que esses cursinhos começaram com a coragem e a idéia de militantes e lideranças negras e religiosas que trabalharam voluntariamente ou a um preço irrisório nesses cursos.

Vieira sistematiza melhor a diferença entre política e iniciativa de ação afirmativa:

[...] as ações afirmativas diferem em sua natureza: creio que devemos considerá-las tanto como políticas de ação afirmativa (emanadas do estado e das diversas instituições e instâncias governamentais), quanto como iniciativas de ação afirmativa (criadas, sobretudo pelas diversas formas de organização da sociedade civil), pois, por mais que conceitualmente estejamos lidando com uma mesma ação afirmativa, em sua dimensão prática, essa diferenciação tem conseqüências bem marcadas e fundamentais para uma maior compreensão desse mecanismo de combate às desigualdades raciais. (Vieira, 2003, p.89)

Essa diferenciação é importante por dois motivos: 1. combate a crítica que muitos acadêmicos fazem (Fry, 1995; Sansone, 2004) de que estamos importando soluções estrangeiras, notadamente dos EUA, para resolver os nossos problemas que têm sua especificidade devido ao caráter misto da nossa sociedade; 2. mostra que a sociedade civil, representada nesse caso pelos movimentos negros e pelas pastorais do negro, principalmente, ao mesmo tempo em que denunciaram e exigiram providências do Estado, não eximindo este do compromisso que deve ter com todos os segmentos da população, não ficaram “vendo a banda passar” e foram agentes de sua própria história.

Diante dessa diferenciação e da preocupação em não se reduzir as ações afirmativas ao sistema de cotas – sem dúvida uma das ações mais importantes e, por isso, extremamente polêmica no contexto atual –, talvez caiba aqui definir no que consistem as ações afirmativas, segundo GTI População Negra:

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado e/ou iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e a marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros. (GTI População Negra, 1996, p.10 *apud* Bernardino, 2004, p.30)

ALGUMAS ÚLTIMAS REFLEXÕES...

Boaventura de Souza Santos (2006), em uma afirmação que se adequa muito bem aos negros que conseguem ascender socialmente, ou porque adquirem um capital intelectual ou financeiro, alguns, com muita sorte, os dois, diz que, embora alguns sujeitos transpassem as barreiras da desigualdade social, não implica que deixarão de ser excluídos. Em outras palavras, resolver os problemas de ordem econômica não necessariamente assegura que os sujeitos deixem de ter uma precarious life (Butler, 2004). Diante disso, essa condição de subalternidade que algumas subjetividades parecem estar “condenadas a estar”, ao menos por mais algumas décadas levando-se em consideração a alta incidência de práticas discriminatórias ainda presentes no Brasil, as justificam. Não só pela questão racial, mas de gênero também, visto que as mulheres negras se encontram na base da pirâmide social.

É muito interessante perceber a reação das pessoas toda vez que o tema da identificação está presente. Pouquíssimas pessoas, independente da faixa etária, têm dúvidas quando tem que responder: “Quem sou eu?” e não é raro também a reação de surpresa quando outro lhe responde. É muito interessante o depoimento de um intelectual negro que descobriu sua negritude quando alguém o chamou de negro. O que veio depois foi: “Eu? Negro?”. Indeterminei este intelectual porque esta narrativa é extremamente recorrente quando estamos nos referindo à dificuldade de identificação que certas subjetividades marginalizadas apresentam, embora toda identidade seja processual e contingencial. Mas assumir uma identidade rejeitada por estar fora de um padrão hetero determinado (embora com a

aquiescência de muitos de nós, mesmo daqueles que sofrem os efeitos desta padronização) e que subjuga a uma vasta maioria não é tarefa fácil. Tornar-se negro; tornar-se uma mulher negra, principalmente no que de político há nesta identificação, é mais difícil ainda.

Se já há um ganho no que as ações afirmativas apresentam, é o fato de que cada vez mais há sujeitos interrogando suas identidades e não se contentando com respostas fáceis. Chega a ser engraçado quando presencio nas formações de professores, as quais sou convidada a ministrar sobre educação anti-racista, ou mesmo com grupos de jovens, o primeiro despertar, as primeiras interrogações. É com espanto que muitas vezes percebem que nunca haviam parado para pensar suas identidades étnico-raciais e principalmente não faziam idéia de como as pessoas os viam. A partir deste momento, quando damos início a este processo, percebemos que teremos que abandonar algumas verdades que compramos durante toda vida e conviver mais com inquietações do que com acomodações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUSTIN, J. *Outras mentes*. In: Os Pensadores. SP: Nova Cultural, 1989.
- AZEVEDO, C. M. de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. RJ: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, T. *Cultura e situação racial no Brasil*. RJ: Civilização Brasileira, 1966.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. SP: Martins Fontes, 1990.
- BÁRCENA, F. *Conditio inhumana: las ruinas de un mundo común*. In: BÁRCENA, F. *La esfinge muda – El aprendizaje del dolor después de Auschwitz*. Barcelona: Anthropos; Guadalupe: Universidad Autónoma de Nuevo León, 2001.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. BH: Editora da UFMG, 1998.

- BERNARDINO, J. ; GALDINO, D. (Orgs.) *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. RJ: DP&A, 2004.
- BERNARDINO, J. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Orgs.) *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. RJ: DP&A, 2004.
- BIRULÉS, F. Del sujeto a la subjetividad. In: CRUZ, M. *Tiempo de subjetividad*. Barcelona: Paidós, 1996.
- BUTLER, J. *Excitable speech: a politics of the performative*. London and New York: Routledge, 1997.
- BUTLER, J. Sovereign performatives in the contemporary scene of utterance. *Critical Inquiry*, v. 23, n. 2, 1997.
- CARVALHO, J. J. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.
- D'ADESKY, J. *Pluralismo Étnico e Multiculturalismo: Racismos e anti-racismos no Brasil*. RJ: Pallas, 2001.
- FERREIRA, R. Ser e não ser: eis a questão – as minorias sexuais entre a legitimidade da diferença e o perigo da sua ontologização. In: *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. SP: Editora Mackenzie, 2006.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. RJ: José Olympio, 1946.
- FRY, P. O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a política racial no Brasil. *Revista USP*, 1995, n. 28.
- FUENTES, A. J. M. Siglo XXI: antropología, “razas” y racismo. *CATAURO – Revista Cubana de Antropología*. Ano 4, n.6, julio-diciembre. La Habana: Fundación Fernando Ortiz, 2002.
- GERALDI, W. A diferença identifica. A identidade deforma. Percursos bakhtinianos de construção ética através da estética. In: KRAMER, S. et al. (Org.) *Ciências humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin*. SP: Cortez, 2005.

- GILLIAM, A. Globalização, identidade e os ataques à igualdade nos Estados Unidos: esboço de uma perspectiva para o Brasil. In: *Identidades: estudos de cultura e poder*. (Orgs.) FELDMAN-BIANCO, B., CAPINHA, G. SP: Hucitec, 2000.
- GONÇALVES E SILVA, P. B.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.) *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.
- GUIMARÃES, A. S. O acesso de negros às universidades públicas. *Cadernos de Pesquisas*, n. 118, p. 247-268, 2003.
- GUIMARÃES, A. S. *Classes, Raças e Democracia*. SP: Editora 34, 2002.
- GUIMARÃES, A. S. O insulto racial: as ofensas verbais registradas em queixas de discriminação. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*. Vol. 38, dez., 2000.
- GUIMARÃES, A. S. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. SP: Editora 34, 1999.
- GUIMARÃES, A. S. A Desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre a ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, J. (Org.). *Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*. Brasília: Ministério da Justiça, 1996, pp.233-242.
- HALL, S. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. BH: UFMG, 2003.
- HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. Tadeu da. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, S. *Identidade Cultural*. Governo do estado de SP: Fundação Memorial da América Latina. Coleção Memo, 1997.
- HOOKS, B. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*. Vol. 3, n. 2, 1995.
- HOOKS, B. *Ain't a woman: black women and feminism*. Boston: South End Press, 1999.
- IANNI, O. *Língua e Sociedade*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.
- MATTOS de, W. R. Inclusão social e igualdade racial no ensino superior baiano uma experiência de ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia (Uneb) In: MATTOS de, W. R. Ação afirmativa na Universidade do Estado da Bahia: razões e desafios de uma experiência pioneira. In: *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.

- MUNANGA, K. (Org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, SECAD, 2005.
- MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra*. BH: Autêntica, 2004.
- MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. In: *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP; BH: Autêntica, 2003.
- OTTONI, P. *Visão performativa da Linguagem*. Campinas: Unicamp, 1998.
- PIOVESAN, F. Ações Afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In: *Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas*. Brasília: MEC; SECAD, 2005.
- RAHIER, J. M. Mestizaje, Mulataje, Mestiçagem. In: Latin America Ideologies of National Identities. *Journal of Latin American Anthropology*. Florida International University. Vol (8)1, pp. 2-11, 2003.
- RAJAGOPALAN, K. Knowledge about language and emotion. In: Cenoz, J.; Hornberger, N. H. (Orgs). *Encyclopedia of Language and Education*. Science + Business Media LLC. 2 ed., Vol 6, pp. 1-10, 2008.
- RAJAGOPALAN, K. Pós-modernidade e a política de identidade. In: RAJAGOPALAN, K ; FERREIRA, D. M. M. (Orgs). *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. SP: Mackenzie, 2006.
- RAJAGOPALAN, K. Social Aspects of Pragmatics. In: Keith Brown (Org.). *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford: Elsevier. Vol 11, pp. 434-440, 2006.
- RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, I. (Org.) *Lingua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- RAJAGOPALAN, K. Dos dizeres em torno do fazer. *D.E.L.T.A.* Vol 6, n. 2, pp. 223-254, 1990.

- RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. M. (Orgs.) *Políticas em linguagem: perspectivas identitárias*. SP: Mackenzie, 2006.
- SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. SP: Cortez, 2006.
- SILVÉRIO, V. R. Negros em movimento: a construção da autonomia pela afirmação de direitos. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Orgs.) *Levando a raça a sério: ação afirmativa e universidade*. RJ: DP&A, 2004.
- SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. In: *Cadernos de Pesquisas*, SP, n. 117, nov., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2009.
- URIARTE, U. M. Identidades mestiças: reflexão baseada na obra do escritor peruano José Maria Arguedas. In: *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Luiz Paulo da Moita Lopes e Liliana Cabral Bastos (Orgs.). Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- VIEIRA, A. L. C. Políticas de educação, educação como política: observações sobre a ação afirmativa como estratégia política. In: *Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.
- WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.